



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 18 DE JULHO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº: 364/2025.

DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS, DAS CONDIÇÕES PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, propõe o presente Projeto de Lei para apreciação e deliberação da Câmara de Vereadores do Município:

Dos Cargos de Cirurgião Dentista e Auxiliares

Art. 1º Fica fixado o piso salarial do cargo de Cirurgião Dentista, no valor de R\$ 3.636,00 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais), para carga horária de 40h semanais, em conformidade com os termos do art. 5º, da Lei Federal nº. 3.999/61.

Art. 2º Fica fixado o piso salarial do cargo de Auxiliar de Dentista, no valor de R\$ 2.424,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), para carga horária de 40h semanais, em conformidade com os termos do art. 5º, da Lei Federal nº. 3.999/61.

Art. 3º Fica vedado o recebimento da gratificação do PSF (Programa Saúde da Família), pelos profissionais acima, cirurgiões dentistas e auxiliares de dentistas.

Do Cargo de Auditor Fiscal de Tributos

Art. 4º Ficam estabelecidas as condições para provimento do cargo de auditor fiscal de tributos, devendo o candidato ser graduado em algum dos cursos a seguir:

- I – Direito;
- II – Contabilidade;
- III – Economia;
- IV – Administração;
- V – Engenharia;
- VI – Ciências da Computação;
- VII – Matemática, Estatística e/ou Física.

Art. 5º Ficam fixados os vencimentos do cargo de auditor fiscal de tributos, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para carga horária de 40h semanais.

Art. 6º São atribuições do cargo de Auditor Fiscal de Tributos:

- I - Fiscalização, arrecadação e cobrança de tributos, além da análise de documentos fiscais e contábeis para garantir a conformidade com a legislação.
- II - Orientar contribuintes, lavrar autos de infração, e atuar no combate à sonegação fiscal.
- III - Inspeccionar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, verificando a regularidade das atividades e o cumprimento da legislação tributária.
- IV - Garantir que os tributos sejam pagos corretamente e dentro dos prazos estabelecidos.
- V - Atuar na cobrança de tributos devidos, utilizando meios administrativos e judiciais.
- VI - Examinar documentos fiscais e contábeis, declarações e registros para identificar irregularidades e inconsistências.
- VII - Emitir autos de infração, notificações e lançamentos de crédito tributário para contribuintes que descumprem a legislação.
- VIII - Esclarecer dúvidas e orientar os contribuintes sobre a legislação tributária vigente.
- IX - Atuar na identificação e combate à sonegação fiscal, buscando garantir a arrecadação justa e eficiente dos tributos.
- X - Realizar pesquisa e investigação, utilizando tecnologias diversas para análise de dados e informações para identificar possíveis irregularidades e fraudes.
- XI - Elaborar pareceres em processos de consulta e minutas de leis e decretos que envolvem a legislação tributária.
- XII - Verificar a conformidade de processos e atividades relacionadas à arrecadação e fiscalização de tributos.
- XIII - Atender e orientar contribuintes em questões fiscais.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB, 18 de julho de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

LEI MUNICIPAL Nº: 365/2025.

Reconhece a vaquejada, a cavalgada e as corridas de cavalos e jegues como "Manifestações da Cultura Popular Congoense" e como "Patrimônio Imaterial do Município de Congo – PB", e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam reconhecidas: a vaquejada, a cavalgada e as corridas de cavalos e jegues como Manifestações Culturais da População Congoense e como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Congo- PB, devendo ser protegidas e incentivadas pelo poder público.

Art. 2º - A vaquejada, a cavalgada e as corridas de cavalos e jegues são também reconhecidas como atividades esportivas para todos os efeitos legais.

Art. 3º - A vaquejada, a cavalgada e as corridas de cavalos e jegues passam a integrar o calendário oficial de eventos do Município de Congo-PB.

Art. 4º - Eventos de vaquejada, cavalgada e corridas de cavalos e jegues realizadas no âmbito do Município de Congo, devem resguardar o bem-estar dos animais envolvidos.

Parágrafo Único. Nos termos do Art. 225, § 7º, da Constituição Federal, não são consideradas cruéis às práticas desportistas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais registradas como bem patrimonial de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, que gozam de proteção do Estado.

Art. 5º - A prática da vaquejada, da cavalgada e das corridas de cavalos e jegues devem obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelas entidades e associações que representam as atividades, principalmente quanto à segurança dos envolvidos e ao bem-estar animal.

Art. 6º - O Poder Público Municipal poderá desenvolver, ver e apoiar programas de fomento, incentivo e promoção da vaquejada, da cavalgada e das corridas de cavalos e jegues, bem como apoiar a realização de eventos relacionados as referidas manifestações culturais.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Congo – PB, em 18 de julho de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional